

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-8-2020.

---

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 098/20 (Processo nº 0252/20), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foi apregoado comunicado firmado por Mônica Leal, informando que, a partir do dia quatorze de agosto do corrente, integraria a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relacionados com denúncias apresentadas em pedido de abertura de processo de impedimento do Prefeito. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Cláudia Araújo, Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz e Karen Santos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Luciano Marcantônio e Marcelo Sgarbossa. A seguir, transcorreu o período de Comunicações, sem pronunciamentos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 006, 008, 015, 018, 034, 080, 081 e 103/20. Às quinze horas e vinte e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Boa tarde a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três vereadores presentes.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Havendo quórum, damos por abertos os trabalhos da tarde de hoje.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Muito agradecido, Ver. Paulo Brum. Eu falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Oliboni, Sgarbossa, Comassetto, e eu, Adeli Sell –, que tenho o prazer de liderar este ano, para marcar aqui hoje o Dia do Patrimônio Histórico e Cultural; Dia do Patrimônio Histórico e Cultural, tão alvejado por bombardeiros, torpedos, bombas inescrupulosas do governo municipal sobre elementos importantes do nosso patrimônio, como é o Mercado Público central. Hoje, inclusive, ao meio-dia houve uma manifestação sobre as normas sanitárias, observadas pelas pessoas de forma responsável, no Glênio Peres, na frente do Mercado Público, para marcar essa importante data, e a tentativa do prefeito, segundo ele, de fazer uma concessão, o que é uma grosseria, porque, se nós formos ler as quase 300 páginas, nós vamos verificar que é uma privatização descarada. E, estudando mais e mais a história de Porto Alegre, há 200 anos, num chuvoso mês de junho, início de julho, estive em Porto Alegre Auguste de Saint-Hilaire. Descreveu um pouco da nossa cidade, encantou-se com a Rua da Praia e, de lá para cá, esta cidade foi se construindo. Uma lenda urbana, repetida à exaustão, o senso comum, que Porto Alegre é uma cidade açoriana, o que não condiz com os estudos que tenho feito; muito pelo contrário, Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...o Mercado Público foi levantado pela mão do escravo e, no centro do Mercado Público, nós temos um dos principais orixás, o principal orixá das religiões de matriz africana, que é o Bará do Mercado, assentado, no passado, não se sabe bem como e quando, mas ele está lá no cruzamento das duas vias principais que formam o mercado. Isso é patrimônio imaterial, assim também, meu caro Paulo Brum, o nosso sanduíche aberto, que só existe de fato aqui, porque o que existe fora daqui é imitação; começou aqui e aqui se firmou como prato típico, uma marca da cidade, também um patrimônio imaterial. E quando começo a discutir e pesquisar o patrimônio de nossa cidade, eu me dou conta que nós temos um problema de negação da estética, e a violência com que os governantes, os poderosos desta terra sempre enfrentaram a estética popular. Os negros foram enxotados da Catedral Metropolitana de Porto Alegre, da Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, como se chamava na época, ainda quando a Rua Duque de Caxias se chamava Rua da Igreja. Eles construíram a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que assim se chamava. Foi ali também um prédio importante, que foi colocado abaixo na década de 1950, e construída outra igreja em estilo, que não chega aos pés da antiga igreja, que tinha um ar, um semblante completamente diferente, mais para o gótico e não aquela entrada pesada e hoje gradeada da Igreja Nossa Senhora do Rosário na Rua Vigário José Inácio. Terminaram com o nome de Rua do Rosário, apesar de os antigos ainda se referirem a ela enquanto tal.

Portanto, no Dia do Patrimônio Histórico Cultural, nós temos que lembrar um pouco dessas questões históricas e mostrar como o poder desta cidade, as classes dominantes desta cidade, o *status quo* não aceita a estética da sua formação. Os negros que estavam nos Campos da Várzea, que estavam no bairro... A antiga colônia africana

ficava no bairro Rio Branco, olhem a ironia, subindo em direção ao Montserrat, cuja população era de 60% de negros e hoje não chega a 5%. Os negros do Areal da Baronesa, os negros da Ilhota estão lá no Barro Vermelho, lá na Restinga, a 35 quilômetros do Centro Histórico. Triste história de quem de fato ajudou a construir esta cidade. Triste história. Há esse comportamento de afronta à estética da construção, da formação, que é vilmente chibatada pelos governantes. Nós prezamos pela alma do nosso povo, pelas coisas construídas há 151 anos – agora, em outubro, fará o nosso Mercado Público; o Theatro São Pedro, 162. Posso lhes dizer que eu espero que as pessoas falem aqui hoje, já vejo duas inscrições, três inscrições de pessoas que eu espero que vão tratar desse e de outros temas. O governo municipal, governo esfacelado, que não tem base, mas teima em passar por cima de leis, de normas, de regras, inclusive, de convivência cidadã, afronta esta Câmara Municipal, mas, nós, de voz altaneira, firme e vibrante vamos dizer: queremos preservar o patrimônio histórico e cultural da nossa cidade. Viva Porto Alegre, viva a nossa história, e nós lutaremos pela sua preservação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Obrigado, vereador. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente Paulo Brum; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; na verdade, eu fiz questão de me manifestar em liderança, porque nós recebemos diversos assuntos e problemas diários, e um dos maiores problemas que nós vimos enfrentando vem sendo a nossa saúde pública. Com o desmonte, apesar de dizerem que nós não estamos tendo desmonte na saúde pública, na nossa saúde básica, muitos são os problemas. Diariamente, eu recebo pedidos de ajuda, eu ouço, através da mídia, que postos de saúde que estão sendo fechados, estão sendo terceirizados. Hoje pela manhã, eu recebi que, no posto de saúde da Cohab Cavalhada, a médica positivou e mais cinco colegas positivaram. Hoje foi fechado o posto da Ponta Grossa, que foi absorvido por uma nova unidade, foi terceirizado. Os funcionários ficam sem saber onde eles vão ser realocados, para onde eles vão, isso é muito complicado, é muito triste num momento em que nós precisamos de todos os trabalhadores. Muitos estão ficando doentes, nós falamos sempre sobre esse assunto, a gente bate, bate, e continua acontecendo diariamente: postos sendo unificados, postos sendo fechados, destruição das equipes, porque as equipes se separam a cada posto que é fechado, sem saber exatamente para onde vão. Posto Belém Velho, a unidade de saúde de Belém Velho, que atendia a 5 mil pessoas, foi fechado; Alto Embratel, 4 mil usuários, fechado; Orfanotrófio, 6 mil pessoas foram realocadas para o Moab Caldas com o fechamento do Posto da Vila Tronco. Muitos funcionários do Moab Caldas estão doentes, infectados, precisando estar afastados. Núcleo Esperança fechado, Troco fechado, Ponta Grossa terceirizado, Cruzeiro do Sul terceirizado, Glória terceirizado, dentro outros milhares, e as pessoas não sabem como

vão fazer. Essas comunidades são atendidas por esses profissionais há muito tempo. Esses profissionais conhecem a realidade de cada morador daquela comunidade, daquela região. Gente, este não é o momento de isso acontecer! Todos nós, vereadores, sabemos que isso está acontecendo todos os dias, mas eu trouxe esse assunto porque hoje faleceu uma líder comunitária da Vila São Gabriel, que esteve internada por mais de 40 dias e teve complicações em função da Covid. Ela lutou lá, desde 2001, quando foi criado, através do Orçamento Participativo, para que o posto São Gabriel permanecesse na comunidade. Infelizmente, ela perdeu essa batalha hoje para a Covid. Então ficam aqui os nossos sentimentos aos familiares da Helena, que faleceu, mais uma vítima da Covid.

Recebi também, hoje, a Escola Castelinho do Saber, 27 anos trabalhando para as crianças e está fechando as portas. E o pessoal dos restaurantes também, que com este novo decreto está muito preocupado com a abertura de segunda a quinta-feira, sendo que o maior movimento dos restaurantes é quinta, sexta e sábado, e eles estão abrindo, tendo que chamar os funcionários para trabalhar; terminando a MP, agora no final do mês, na semana que vem, sem saber como eles vão fazer para fazer todos os funcionários retornarem ao trabalho, sendo que tem quatro meses de estabilidade. Caso esses funcionários tenham que ser demitidos, esses empresários não têm como manter esses funcionários e não têm como pagar a rescisão com os quatro meses de garantia para esses funcionários e vão fechar as portas. O caso é muito grave, nós precisamos nos reunir, nós precisamos conversar para ver o que fazer para acolher, para ajudar esses empresários, porque vão fechar as portas e vai ser um grande caos econômico. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, colegas vereadores. Eu gostaria de agradecer aos meus colegas de bancada, Ver. Roberto Robaina e Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, pela possibilidade e utilizar o tempo de liderança do nosso partido para fazer, infelizmente, mais uma comunicação extremamente triste, desagradável para a nossa cidade. Como todos nós vereadores já havíamos previsto, o sistema de flexibilização e cancelamento dos contratos com as empresas terceirizadas no Município de Porto Alegre está dando as suas cartas cruéis. Semana passada, a empresa Multiclean, que presta serviços, ou prestava serviços para o Município de Porto Alegre, serviços de cozinha e serviços de limpeza dentro das nossas escolas municipais, decidiu demitir 700 trabalhadores, ou seja, mais 700 na lista de desempregados. A Prefeitura garantiu que essas pessoas iriam buscar os programas do governo federal justamente para o enfrentamento deste momento de crise, e a contrapartida que a empresa deveria fornecer era arcar com 30% dos custos da folha salarial de cada empregado, enquanto o governo federal repassaria os outros 70%, justamente para

evitar as demissões neste período. Eis que a Prefeitura, ao fazer a rescisão parcial desses contratos, abriu mão, colocou à disposição da empresa a maior parte desses trabalhadores e começou a fazer o repasse apenas para aqueles que se mantinham nos postos de trabalho, auxiliando as direções das escolas neste momento em que elas ainda estão prestando serviço de plantão e muitos colegas são chamados, vez por outra, para distribuir os parques *kits* alimentares para as famílias dos estudantes da nossa rede. Em torno de dois profissionais continuam em cada escola, mas a grande maioria foi dispensada. O repasse a que a Prefeitura vem fazendo é somente para essas equipes que permaneceram dentro das escolas, e a Multiclean alega que não tem mais condições financeiras para arcar com os 30% dos salários de toda a sua folha, e por isso decidiu rescindir os contratos. Isso é terrível, e o nosso Município vai ser mais uma vez penalizado por conta de uma gestão não racional. Senhoras e senhores, todos aqui sabem que há coparticipação, por parte da Prefeitura, dentro desses processos rescisórios, principalmente porque a ruptura contratual partiu unilateralmente por parte do Executivo, não houve negociação com a Multiclean para fazer essa rescisão. Portanto, todos os encargos trabalhistas decorrentes dessas demissões vão pesar nas costas da Prefeitura, quem sabe não desta gestão, mas da próxima. Não podemos aceitar que o final de governo Nelson Marchezan Júnior onere as futuras gestões da nossa cidade. Essas famílias estão desesperadas, são pessoas extremamente humildes que recebem salários muito modestos, e, mesmo com esses poucos salários, ainda auxiliam na manutenção e subsistência das suas famílias – é uma situação desesperadora. Nós esperamos que a Prefeitura volte a fazer os repasses para empresa, para que ela possa custear minimamente para manter esses 700 trabalhadores ainda com seus empregos, seus ganhos e a possibilidade de sustentar as suas famílias. Agradeço a atenção de todos, e uma boa tarde de trabalho para nós.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, segunda-feira, hoje, 17 de agosto de 2020, cinco meses de pandemia, vários setores econômicos atingidos, perda de vidas. E o que eu vou falar aqui eu já falei diversas vezes, porque ontem, nesse fim de semana, nós vimos os parques e praças de Porto Alegre lotados, com aglomerações, sem nenhum protocolo; não há fiscalização, por parte da Prefeitura, que não definiu o protocolo para os parques e para as praças, então não tem por que insistir em deixar os clubes sociais esportivos fechados. Os clubes sociais esportivos têm protocolos rígidos, como os *shoppings* têm, como os clubes, que investiram nisso, os seus departamentos médicos. E aí eu pergunto o que é mais seguro: deixar os clubes funcionarem dentro do razoável, com os seus protocolos corretos, ou deixar livres parques e praças, com aglomerações, provavelmente com o vírus circulando?

Os clubes têm dois sindicatos. Um dos sindicatos, há mais de um mês, enviou um ofício à força-tarefa da Prefeitura, comandada pelo secretário da saúde, Sr. Bruno, e pelo secretário extraordinário de enfrentamento do coronavírus, Sr. Bruno Miragem, mostrando os protocolos, pedindo informações, pedindo esclarecimentos – há mais de mês, não recebeu sequer uma resposta. O outro sindicato, em função disso, na semana passada protocolou no gabinete do Sr. Prefeito o outro ofício, nos mesmos moldes, e está esperando as informações, como o outro sindicato também está esperando. Os clubes se perguntam: por que os clubes estão fechados, com todos os protocolos e investimentos que fizeram, e parques e praças e outros setores estão funcionando? Eu faço um apelo aqui, mais um, já falei várias vezes aqui, ao líder do governo, meu amigo Ver. Mauro Pinheiro, que é sócio do Lindóia Tênis Clube, que frequenta o Lindóia Tênis clube, que joga no Lindóia Tênis Clube e é testemunha do que eu estou dizendo aqui. Os clubes investiram nos protocolos, nos médicos, nos cuidados para que possam abrir, para que possam se manter.

Ontem mesmo me ligou o presidente do Lindóia, o presidente da Sogipa; os outros presidentes estão preocupados por que não recebem nenhuma resposta dessa força-tarefa, explicando por que não podem abrir enquanto os parques e praças estão livres e outros setores estão livres.

Então, Ver. Mauro Pinheiro, eu peço a sua ajuda para que possamos chegar a um ponto comum, dentro do razoável, para que os clubes possam desenvolver o trabalho que sempre desenvolveram, principalmente agora que eles investiram nesses protocolos de segurança para dar todas as condições aos seus associados e simpatizantes que lá frequentam.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e espero, Ver. Mauro Pinheiro, que o senhor tenha sorte e leve o meu pedido e o pedido dos clubes para que essa situação seja resolvida o mais rápido possível.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e a todas. Me inscrevi para tratar sobre essa situação das trabalhadoras da Multiclean Service. Hoje pela manhã fomos em comitiva na SMED conversar com o Júlio, que é servidor responsável pelos contratos da SMED com as empresas que prestam serviços terceirizados. Novamente, porque não é uma novidade da pandemia essa situação desrespeitosa da forma com que a empresa trata essas trabalhadoras. Desde que eu assumi o mandato de vereadora, eu acredito que tenha ido umas cinco vezes em comitiva com as mulheres para reivindicar salário em dia, licença maternidade, os direitos delas que estavam sendo violados neste momento da pandemia, essa forma de desligamento. É bem interessante, porque na sexta-feira começou a circular pelos

grupos de WhatsApp uma gravação de uma das trabalhadoras da Multiclean, em que ela liga para pedir informação referente ao seu salário, o pagamento pelo seu trabalho, e informam que, primeiro, o pagamento não vai ser feito e, segundo, que essa trabalhadora logo na sequência é demitida da empresa. Então, esse assédio, essa perseguição, essa criminalização das meninas que fazem a limpeza e a higienização das nossas escolas é algo muito cruel. Eu mesma já fiz ligações para a empresa Multiclean e fui muito maltratada pela trabalhadora deles, a tal da Magda. Então é uma situação que se repete, e agora, neste momento em que estamos enfrentando uma pandemia, as meninas terem que romper o isolamento social, deixar seus filhos em casa, com mãe, com sogra, com tia, se deslocar até a SMED e a gente, minimamente, conseguir ter a certeza se elas seriam demitidas ou não. Infelizmente, o que nos foi colocado pelo Júlio que, sim, são 700 trabalhadoras que estão sendo demitidas. A gente fez uma reunião com a SMED, que tem o dever de fiscalizar essa empresa, para que a gente conseguisse ter uma resposta em relação a todos os direitos trabalhistas – o 13º salário, as férias –, os quais serão respeitados. Neste momento, agora, inclusive vou pedir ao Ver. Alvonci Medina, que é presidente da CECE... A deputada federal Sofia Cavedon estava conosco também nesse processo, ela colocou que agora à tarde, às 16h, haveria uma reunião entre a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa em conjunto com a Comissão de Educação daqui, da Câmara de Vereadores, se pudesse disponibilizar o *link* – é mais um espaço para a gente tentar pressionar para que a Prefeitura de Porto Alegre se comprometa em garantir o contrato dessas trabalhadoras até o final do ano.

Por fim, para contribuir também um pouco com o que o Adeli colocou sobre o julgamento do Mercado Público, dos territórios negros da cidade de Porto Alegre. Amanhã, além da votação no Tribunal de Contas do Estado em relação ou não à concessão do Mercado Público, que é um território negro, construído por negros escravizados que o construíram, o ergueram, tem toda o debate da ancestralidade, da tradição de matrizes africanas sentadas naquele espaço, também vai ter o julgamento da Mãe Sandra do Bará, ali na Medianeira, que também está sendo impactada pela continuidade das obras da Copa, aquela grande rótula que querem construir ali. Vão estar julgando a remoção dessa casa de santo que existe há mais de 60 anos dentro daquele território. Novamente o ideal de progresso, de desenvolvimento vai empurrando a negrada cada vez mais para as margens da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre é a capital do Brasil mais segregada entre pretos e brancos, aqui não tem um Jim Crow, aqui não tem um *apartheid* sul-africano, mas a gente sabe onde o nosso povo mora, é na Lomba, é na Restinga, é no Rubem Berta, são os mesmos lugares em que a gente tem dificuldade de acessar água, esgoto, saneamento, luz, enfim, todos os direitos básicos. E amanhã, junto com o julgamento do Mercado Público, da Casa da Mãe do Bará, também tem julgamento no TRF4, porque é uma área quilombola, do Quilombo dos Machados, no Sarandi, lá ao lado da Walmart, perto da Vila Nazaré, que também é um território constituído por pessoas que passaram pelo processo de escravização e resistem em cima daquela área que amanhã também está nas mãos da justiça. Serão três territórios negros no banco dos réus para definir aí o seu futuro.

É muito cruel a gente ter que estar passando por essas situações em meio a uma pandemia, não ter o direito à moradia garantido, a teu território, a tua ancestralidade garantida, então, amanhã, é um dia muito importante para quem é de axé, quem acredita, para quem é de luta, para a gente conseguir fazer a pressão necessária para que a legalidade seja justa, porque muitas vezes a legalidade, aquilo que está na lei, não caminha no sentido da justiça social. Basta a gente retomar a nossa história, quando a própria escravidão era lei e não refletia os interesses da grande maioria do povo que para cá veio sem o direito de fazer as suas malas, que são os povos africanos que para cá vieram. Então, mais para contribuir também nessa discussão da importância desses territórios da cidade de Porto Alegre que foram constituídos pelos povos negros que para cá vieram.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB):** Iniciando o Grande Expediente, quero agradecer a atenção e a colaboração dos meus colegas vereadores. Vou abordar alguns pontos que acho que foram importantes para a cidade. Sou vereador desde 2009 e milito nas comunidades de baixa renda desde 1999, e a elas dedico todo o meu mandato, e faço isso com amor e total convicção de que é o meu caminho e minha missão divina. Quero citar duas situações importantes que aconteceram. Uma delas é uma obra em que eu participei ativamente enquanto vereador, que finalmente foi concluída, que é a obra da Av. Ernesto Neugebauer, uma obra importante para a região do bairro Humaitá e para toda a região que envolve também o bairro Farrapos e mais de 24 vilas da região. Essa obra, tive a honra de ter dado a ordem de início, e agora foi liberado todo o trecho na última sexta-feira. Quero também parabenizar o secretário da SMIM, secretaria de obras, que me sucedeu, que deu sequência a essa obra que nasceu na gestão Fortunati, e o prefeito Marchezan deu sequência com muita responsabilidade, e agradecer também a todos os colegas vereadores que participaram da votação dos recursos necessários até para contrair empréstimos para que essa obra fosse realizada.

Também avançando em obras na questão do Humaitá-Farrapos, nós temos uma grande obra em importância, que é uma questão que envolve alagamentos. Finalmente, pela terceira vez, foi licitada a galeria que liga o emissário que ligará a casa de bombas nº 5 à casa de bombas da Vila Farrapos – há mais de 17 anos lutamos por esse emissário, eu o Sr. Nelson, líder comunitário da Vila Tresmaiese, que combate essa falta de ação em relação aos alagamentos da região. Finalmente, então, teremos a licitação já com três empresas credenciadas e, no dia 25 de agosto, sai a empresa que irá se sagrar vencedora, e a boa notícia é que agora temos três empresas já credenciadas



para fazer essa obra muito importante para evitar os alagamentos. A falta da obra dessa galeria, o conserto, esse emissário vai ser feito de cabo a rabo, porque a falta dessa obra prejudica o funcionamento das duas casas de bombas. Então, é uma grande notícia para a região, e quero dividir, fico orgulhoso de ter estado na SMIM, na secretaria de obras, e ter elaborado junto com a equipe dos servidores do DEP – quero aqui citar o Stanlei e toda a equipe do DEP, o diretor do DEP, ali da secretaria de obras, atual SMIM, diretor Benites, também o diretor financeiro, Wilson Pastorini, e o atual secretário da SMIM, que é o Marcelo Gazen, por ter concluído esse processo. Então a grande notícia para a região do Humaitá/Farrapos vai diminuir os alagamentos, com certeza vai favorecer que as duas casas de bomba funcionem sem o problema da galeria. Isso realmente até me emociona, porque eu já tive lá durante muitos anos, pelo menos durante nove anos como governo, buscando a solução para isso e finalmente ela foi conquistada. Então também quero agradecer a todos os vereadores que se empenharam por esta causa.

Também gostaria de colocar a questão relacionada à obra da Estação de Tratamento da Ponta do Arado. Outro dia nós debatemos e vi os vereadores colocando sobre a importância dessa obra e eu quero dizer que o Darcy, do DMAE, merece todo o nosso apoio, o nosso agradecimento pela batalha dele, é um grande servidor público, concursado, e eu tive o privilégio de estar com ele; quando eu fui secretário da SMIM, antiga secretaria de obras, ele estava no meu guarda-chuva de comandos, de responsabilidades, principalmente nas obras ele estava comigo. E eu e o Darcy estivemos várias vezes em Brasília, inclusive eu fiz um folder de prestação de contas, com as fotos, eu e o Darcy em Brasília, junto com a secretária Juliana, da Secretaria de Gestão e Planejamento, lutando para que essa grande obra, importantíssima obra da Estação de Tratamento de Água da Ponta do Arado, no Belém Novo, acontecesse. Não foi fácil, foi muito difícil buscar esses recursos, mas efetivamos todo o processo. E essa Estação vai salvar a água para a Zona Sul e também a falta de água em Porto Alegre, importante conquista não só para os cidadãos, mas para os empreendedores também da região que estavam extremamente angustiados com a falta de liberação de novas obras habitacionais e outras obras de grande porte que também não poderiam ser liberadas pelo DMAE, porque não tinha perspectiva de ter água para toda a população e demanda. Então agora está garantida a Estação de Tratamento de Água da Ponta do Arado, em Belém Novo, e eu fico feliz em fazer parte desse processo e quero agradecer novamente a todos os vereadores que participaram disso. Os cidadãos, às vezes, não conhecem muito, mas nós temos as emendas impositivas, que são extremamente importantes, porque o vereador acaba atendendo a uma demanda da comunidade e contribuindo com o governo, colocando recursos nossos, da Câmara de Vereadores, em ações do governo onde vai faltar o recurso por parte da secretaria tal, X ou Y. Então nós conseguimos botar muitos recursos na saúde, eu quero registrar aqui, principalmente na questão do Hospital da PUC. Cada vereador tem direito a botar R\$ 1,2 milhão de recursos, colocamos e investimos no Hospital da PUC, investimos no Hospital Vila Nova, e eu, como vereador que dou maior atenção para as comunidades de baixa renda, fiz investimentos em todas as UBS, praticamente todas as UBS de alguns bairros em que eu fui procurado pela comunidade, como o bairro Bom Jesus, a Lomba do Pinheiro, o

bairro Humaitá, Farrapos, a Restinga, ou seja, a gente atua e a comunidade vem nos solicitar. Então, a maioria dos vereadores também destinou recursos para a questão da saúde porque é prioritário, nós sabemos o quanto – agora mais ainda com a pandemia – são prioritários esses recursos chegarem para as UBS, que são aquelas que estão atendendo lá na Atenção Primária, dentro das comunidades de baixa renda.

Eu quero concluir a questão das emendas impositivas que o governo municipal é obrigado a cumprir, tenho certeza de que irá cumprir. Também trabalhei a questão, indicando, no Parque Alim Pedro, IAPI, uma academia de ginástica para os idosos – isso com recursos da Câmara, porque nós estamos contribuindo com orçamento da Prefeitura e essas obras têm que acontecer por força da lei. O governo municipal tem que cumprir as emendas impositivas dos 36 vereadores. E também não posso esquecer do recurso para elaborar o projeto de reforma do centro cultural que tanto aquela comunidade pede.

Para concluir, nesta semana provavelmente, ou no máximo na segunda-feira, nós vamos votar o projeto do futebol amador. Eu protocolei esse projeto em março; era para dar luz à questão do futebol amador que estava fora da discussão da flexibilização da pandemia, gerou debate na mídia. As organizações das quadras, dos campos de futebol sete, de futebol de salão se uniram e criaram uma associação para poder lutar, tudo a partir desse protocolo do projeto que não foi ideia minha, foi ideia dessas entidades, desses clubes, dessas empresas que me pediram para protocolar esse projeto. E, infelizmente, eles não puderam abrir uma vez durante todo esse processo de pandemia. É um setor, é uma atividade importante – anotei aqui que são 168 quadras com CNPJ, pagando IPTU, aluguel; são, no mínimo, 300 árbitros que dependem dessas quadras, além do emprego direto de 3 mil pessoas. Nós fizemos quatro reuniões com o governo municipal, fomos muito bem atendidos, mas não tivemos resultados concretos. Encaminhamos um protocolo de combate ao corona para evitar qualquer tipo de dano, de risco para o cidadão que for lá jogar bola, ou seja, ele entra na quadra já fardado, tem todos os protocolos necessários para evitar o contágio com o corona. As escolinhas de futebol também estão sendo prejudicadas. Então, nessas reuniões nós tivemos uma baita conversa muito construtiva, mas não tivemos resultados. Está na hora de nós votarmos o projeto, é um projeto importante que favorece o esporte, sem multidão, somente os atletas jogando, sem uso do banheiro, sem uso de vestiário, com álcool gel, com máscara. Eu acredito no esporte como algo também tremendamente importante para a saúde – para mim, a saúde depende do esporte, da alimentação e da espiritualidade, eu vejo que esse tripé tem que existir. Agora, nós vamos propor o projeto, com responsabilidade, porque eu confio nesses empreendedores que estão de março até hoje sem abrir, que estão quebrando ou vão quebrar. Mais trabalhadores desempregados, passando fome, necessidades, e é uma cadeia de emprego muito grande que envolve o futebol amador em Porto Alegre.

Então, basicamente era isso o que eu queria colocar para vocês – estou vendo minhas anotações aqui, não deixei nada de lado. Digo que é um prazer, para mim, atuar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eu tenho muito orgulho desta Câmara, que é a Câmara mais transparente do Brasil, das capitais brasileiras, e eu tenho

certeza do trabalho sério que nós estamos fazendo. Muito obrigado a todos, foi uma honra utilizar o Grande Expediente da nossa querida Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Obrigado, Presidente Paulo Brum; agradeço também ao Ver. Marcantônio, pois conversei com ele, hoje pela manhã, para nós não prorrogarmos o Grande Expediente para não atrapalhar o calendário dos demais vereadores e vereadoras que depois, na sequência, farão o uso do Grande Expediente.

Eu gostaria de abordar dois temas, para os quais pediria a atenção dos colegas vereadores e vereadoras. O primeiro é mais uma briga comprada pelo prefeito Marchezan, em torno de uns dez dias atrás, quando, no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, publica uma revisão na questão da gratificação de difícil acesso das escolas da rede municipal. Nessa revisão que o prefeito faz na metade do ano – ele poderia ter deixado para o final do ano, já que estamos na metade do ano –, ele retira de 17 escolas do Município a gratificação de difícil acesso dos professores e professoras, o que representa uma perda de cerca de 20% da remuneração desses profissionais. Claro que se embasa num decreto, mas se embasa também em dados do *Google Earth*. O parecer técnico que vem da EPTC, que coloca dados de medições – lembrando que o difícil acesso é regulamentado por um decreto de 1991 –, traz as distâncias das paradas de ônibus, do portão da escola, a quantidade de linhas e uma série de critérios para estabelecer o difícil acesso. Mas há uma diferença muito grande entre contar algo e tornar oficial o que o *Google Earth* mede – isso é algo que uma perícia poderia realizar. Não é à toa que esse grupo de professores e professoras que foram surpreendidos com essa medida, há uns dez dias, provavelmente, recorrerão à justiça para conseguir garantir seus vencimentos integrais, porque optaram por estar nessas comunidades de periferia. É importante nós pensarmos um pouco diferente: as escolas da rede municipal, via de regra, foram construídas e localizadas na periferia da cidade de Porto Alegre como uma decisão política de atender essas comunidades, e a gratificação de difícil acesso, muito mais do que um critério objetivo da distância de paradas até o portão da escolas, da questão das calçadas, enfim daqueles critérios que o decreto traz, tem a ver, sim, com essa forma de incentivar os professores e professoras que dão aulas, que trabalham nesses locais. Hoje o governo do Estado, para pegar um exemplo, começou a entender outros critérios, como por exemplo os níveis de violência ou o mapa da criminalidade, para compor essa gratificação de difícil acesso. Quero agradecer aqui aos Vereadores e Vereadoras que, representados ou pessoalmente, participaram de uma reunião, na semana passada, com cerca de 250 professores e professoras dessas 17 escolas; tentei comunicar a todos, individualmente e também pelo grupo de WhatsApp

da Câmara. Um dos encaminhamentos dessa reunião, que ocorreu na sexta-feira, foi que protocolássemos um ofício ao prefeito com o máximo de assinaturas possíveis dos vereadores e vereadoras que discordam dessa decisão nesse momento de pandemia e a essa altura do ano. Então, já deixo aqui o convite para que todos e todas se engajem. Agradeço aqui a presença daqueles e daquelas que participaram dessa reunião, não vou citar os nomes, mas foram cerca de 15 ou 20 vereadores e vereadoras.

Outro tema que quero abordar aqui, Ver. Paulo Brum, presidente em exercício, é que, dentro de alguns dias, quando pudermos retomar as votações, eu já gostaria de deixar avisado que precisaremos enfrentar um projeto muito importante para a cidade. É um projeto que não novo, é a terceira vez que a Câmara Municipal precisa votar um projeto como esse. Estou me referindo a um projeto de lei que permite que os carrinheiros continuem circulando na cidade de Porto Alegre. Eles foram proibidos de circular por uma lei de 2008, programa chamado Todos somos Porto Alegre, que previa a retirada dessas pessoas dessa atividade, uma atividade que é reconhecida formalmente – está lá no código das profissões, existe a função do reciclador, da pessoa que circula pela cidade, prestando um verdadeiro serviço de educação ambiental. Vários vereadores têm relação com os galpões de reciclagem, têm relação com associações e cooperativas de catadores, e nós não podemos, num momento como este, ainda mais num momento como este – e acho que em nenhum momento –, proibir uma atividade como é a atividade dos carrinheiros. Nós temos uma data limite que é 11 de setembro, e nós conseguimos já, quatro anos atrás – e o Ver. Pujol teve uma grande contribuição neste processo –, prorrogar essa proibição até o dia 11 de setembro, então precisamos prorrogar novamente a lei antes do dia 12 de setembro. Essa é a nossa proposta, acho que num determinado momento vamos poder analisar, talvez quando voltarmos ao presencial, quando pudermos ter o contato direto com as galerias, voltarmos a conversar sobre o sentido dessa lei que proíbe uma atividade profissional. No momento, a nossa sugestão é que mais uma vez, pela terceira vez, a Câmara novamente dê esse aval para permitir que os carrinheiros continuem circulando na cidade. Então, Presidente Paulo Brum, nós teremos que usar o regime de urgência, o art. 81, porque esse projeto, apesar de ter sido protocolado no começo do ano, em virtude deste período todo que ficamos votando e analisando projetos ligados à pandemia, esse projeto acabou não tramitando, portanto agora só nos resta acelerarmos a tramitação para permitir que essas pessoas continuem trabalhando e sustentando suas famílias na cidade de Porto Alegre. Eles já prestam um grande serviço ambiental para a cidade, e, num momento como este, não se pode proibir as pessoas de justamente sobreviverem daquilo que eles conseguem catar na rua e prestar um serviço à cidade, que é o recolhimento do resíduo reciclável.

Agradeço, usei o Grande Expediente um pouco para adverti-los e convidá-los para que a Câmara novamente tenha essa sensibilidade, como já fez em anos anteriores, e prorrogue mais uma vez essa proibição. Eles têm que continuar circulando e trabalhando na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O próximo período seria a Ordem do Dia, no entanto, como não há priorização, não há necessidade de abirmos o período.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Passamos às

### **COMUNICAÇÕES**

Transcorrido o período de Comunicações sem pronunciamentos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Gostaria de falar só uma questão importante: o Presidente Reginaldo Pujol está conectado, por isso precisamos registrar sua presença. Também registramos a presença dos vereadores Paulinho Motorista, Mendes Ribeiro, Mauro Pinheiro e Hamilton Sossmeier.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Passamos à

### **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0024/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/20**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera para Praça José Duarte Marques a denominação do logradouro denominado Praça Jurema Francisca Dutra Rodrigues, localizado no Bairro Jardim Carvalho. **(SEI 036.00002/2020-25)**

**PROC. Nº 0027/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/20**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Nobuko Kiriyaama o logradouro não cadastrado conhecido como Acesso K – Super Quadra Três – Terceira Unidade Vicinal Vila Nova Restinga, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00018/2020-30)**

**PROC. Nº 0047/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/20**, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rua Miguel Valdomiro Scalabrin o logradouro cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Vinte e Oito, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 049.00013/2020-01)**

**PROC. Nº 0055/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/20**, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Silvana Krause. (SEI 022.00031/2020-09)

**PROC. Nº 0079/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/20**, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao monsenhor Urbano Zilles. (SEI 033.00011/2020-19)

**PROC. Nº 0200/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 080/20**, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Dia do Bará do Mercado Público no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho. (SEI 022.00114/2020-90)

**PROC. Nº 0208/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/20**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana de Combate ao Vitiligo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 25 de junho. (SEI 034.00061/2020-03)

**PROC. Nº 0261/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 103/20**, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Fecomércio o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Setecentos e Oito, localizado no Bairro Anchieta. (SEI 033.00017/2020-96)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Pergunto aos Srs. Vereadores se alguém vai utilizar o período Comunicação de Líder. (Pausa.) Não havendo solicitações, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h27min.)

\* \* \* \* \*